

A organização do jogo do bicho e o monopólio da exploração de todos os jogos ilícitos em seu território no Rio de Janeiro

The organization of jogo do bicho and the monopoly of the exploitation of all illicit games in its territory in Rio de Janeiro

PAULO ROBERTO DE ANDRADE CASTRO¹

MICHEL MISSE

RESUMO

Neste artigo pretendemos tão somente começar a explorar uma das mais importantes dimensões de uma organização criminal de tipo mafioso como o “jogo do bicho”. A literatura criminológica e sociológica, nesta área, tem assinalado, há tempos, a tendência à monopolização própria das atividades dos mercados ilegais. Aqui iremos investigar alguns casos que demonstram como a associação entre territorialização e busca de monopólio no caso dos banqueiros do bicho produziu efeitos importantes na associação do jogo do bicho com a resolução de conflitos via assassinatos encomendados e outras violências regulares no Rio de Janeiro. Buscamos instituir unidades de análise empíricas, e empreender a respectiva análise, com o propósito de contribuir para o esclarecimento e explicação sobre a estrutura de exploração de jogos ilícitos por uma organização do jogo do bicho em seu território, na atualidade, e sobre o exercício do monopólio da exploração de todos os jogos ilícitos assentados em base territorial.

Palavras-chave: Jogos ilícitos; Jogo do bicho; Rio de Janeiro.

¹ Este artigo é fruto de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida pelo primeiro autor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com bolsa de pós-doutorado sênior do CNPq, sob a supervisão do segundo autor. Referida pesquisa se vincula a projeto mais amplo sobre “A acumulação social da violência no Rio de Janeiro: novos desafios”, sob a supervisão de Michel Misse (PPGSA/UFRJ).

ABSTRACT

In this article we only intend to begin to explore one of the most important dimensions of a mafia-type criminal organization like *jogo do bicho*. A criminological and sociological literature in this area has long pointed out the tendency towards monopolization inherent in the activities of illegal markets. Here we will investigate some cases that demonstrate how the association between territorialization and the search for a monopoly in the case of the *bicho* bankers produced important effects on the association of the *jogo do bicho* with the resolution of conflicts via commissioned murders and other regular violence in Rio de Janeiro. We sought to empirical units of analysis, and carry out the respective analysis, with the aim of contribute to clarifying and explaining the structure of exploitation of illicit games by a *jogo do bicho* organization in its territory, and the exercise of a monopoly on the exploitation of all illegal games based on the illicit games on a territorial basis.

Palavras-chave: Illegal games; Jogo do bicho; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Embora tenha mais de um século de existência e ocupe lugar proeminente na cultura popular, na literatura, no cinema e nas artes sobre o banditismo urbano do Rio de Janeiro, o chamado “jogo do bicho” não tem produzido tantos estudos como seria de se esperar. Dois dos mais importantes livros escritos sobre o tema (Chazkel, 2014; Magalhães, 2011) são de historiadores e não chegam a englobar, em suas análises, o período posterior aos anos 60 do século XX. Este é o período em que o jogo do bicho alcança uma estrutura quase empresarial, com a formação da chamada “Cúpula”, que reuniu os principais banqueiros numa única organização horizontal de tipo mafioso, com uma base pública e politicamente atuante através de uma associação de escolas de samba. Dois estudos antropológicos (DaMatta e Soarez, 1999; Soares, 1993) sobre a relação do jogo do bicho com a cultura popular; dois artigos sobre mercados ilegais e crime organizado (Misse, 2007, 2011); uma tese em geografia (Albuquerque, 2019); uma tese em economia política (Freire, 2019); três artigos e três dissertações de mestrado acadêmicas (Chinelli e Silva, 1993; Silva e Figueiredo, 1978; Bezerra, 2010; Labronici, 2002; 2020), uma delas recente sobre a possível relação do jogo do bicho com as chamadas milícias (Vieira, 2023) não chegaram a suprir a falta de conhecimento em profundidade e prover uma análise com base empírica de todas as dimensões envolvidas nesse tipo de organização.

Ultimamente quatro livros-reportagens (Otavio e Jupiara, 2015; Manso, 2020; Soares, 2023, Ramalho, 2024) e duas séries documentais televisivas (Lei da Selva, 2022; Vale o Escrito, 2023, ambas da Globoplay) retomaram o interesse da mídia pelo assunto em função dos conflitos intrafamiliares que praticamente colocaram fim à antiga “Cúpula”. Oferecem, como também nas reportagens cotidianas de jornal, novos elementos sobre as profundas mudanças que estão ocorrendo nessa área. O acesso a materiais judiciais (denúncias, processos, sentenças), através de cooperação acadêmica com o Ministério Público, tem se mostrado fundamental para ampliar as

possibilidades da investigação nessa área. Entrevistas diretas com operadores importantes da organização têm-se mostrado muito difíceis, já que se recusam a conversar sobre aspectos da organização que, a seu ver, precisam ser mantidos em sigilo. Entrevistas com jornalistas de várias épocas, com policiais e com pessoal dos escalões mais baixos da organização (gerentes, apontadores, familiares etc.) têm se mostrado uma alternativa, ainda que insuficiente, na tentativa de produção de uma base empírica consistente.

Neste artigo pretendemos tão somente começar a explorar uma das mais importantes dimensões de uma organização criminal de tipo mafioso (Gambetta, 1996) como o “jogo do bicho”. A literatura criminológica e sociológica, nesta área, tem assinalado, há tempos, a tendência à monopolização própria das atividades dos mercados ilegais. Aqui iremos investigar alguns casos que demonstram como a associação entre territorialização e busca de monopólio no caso dos banqueiros do bicho produziu efeitos importantes na associação do jogo do bicho com a resolução de conflitos via assassinatos encomendados e outras violências regulares no Rio de Janeiro.

Uma grande organização do jogo do bicho, centralizada e administrada por um chefe de clã familiar, tem por objetivo a exploração de todos os mercados informais de jogos ilícitos, sem exceção, em um determinado território urbano, onde essa organização exerce seu “domínio”, como será demonstrado ao longo do artigo.

A delimitação dos territórios atuais das maiores organizações — ainda vigente, embora com modificações — foi pactuada em meados dos anos 1970 pelos grandes chefes de clãs, através da formação da “cúpula do jogo do bicho”, uma “coalizão de clãs”. A partir da fundação dessa coalizão, os clãs mais poderosos, mais ricos e com mais extensos territórios passaram a exercer a hegemonia sobre toda a estrutura da atividade, liderados pelo banqueiro de jogo de bicho Castor de Andrade.

A formação dessa “coalizão”, sucede a um período anterior de guerras territoriais entre banqueiros do jogo do bicho. Em analogia ao que acontece nas relações internacionais, um período de guerras é sucedido por uma nova “coalizão” de Estados. Alusivamente, podemos afirmar que algo similar aconteceu na organização da distribuição territorial do poder das organizações e da “estrutura” do jogo do bicho.

Após um período no qual banqueiros de jogo de bicho se enfrentaram belicamente pelo controle de áreas da cidade, formadas grandes organizações com significativa abrangência territorial, estas pactuaram a pacificação entre si. Passaram a exercer colegiadamente o comando da estrutura do jogo do bicho em todo o estado, impuseram sua disciplina a pequenos banqueiros e expandiram o jogo para outros estados, o que determinou uma influência nacional daquela antiga cúpula.

Por exercer o monopólio da exploração de jogos ilícitos no seu respectivo território, a primeira característica externa de uma organização do jogo do bicho é, portanto, a territorialização e o referido monopólio. Durante décadas, o jogo do bicho — a histórica loteria popular que existe há

mais de um século, “a maior loteria popular do mundo” — se constituiu como a principal fonte de rentabilidade dessas organizações e do elevado enriquecimento dos clãs familiares.

Na atualidade, além dessa loteria popular, as organizações do jogo do bicho realizam a exploração de máquinas caça-níqueis e de jogos e apostas informatizados, de bingos e cassinos clandestinos com máquinas caça-níqueis e jogos virtuais, e existem indicações de que já se inserem no mercado das bets (Operação Calígula, 2022).

Essas novas fontes exploradas — jogos eletrônicos e informatizados, máquinas caça-níqueis (desde meados dos anos 1990, antecedidas pelas máquinas de videopôquer nos anos 1980), bingos e cassinos clandestinos com máquinas caça-níqueis, links para apostas virtuais, como, por exemplo, apostas esportivas (anos 2010) — na atualidade constituem a principal fonte de rentabilidade das organizações do jogo do bicho. No entanto, o monopólio sobre a exploração de jogos ilícitos é completo. Uma roda de carteados em via pública ou em um estabelecimento como um clube, a exploração de apostas informatizadas de jogos de futebol, nenhuma forma de jogo que produza rentabilidade razoável pode ser explorada ou bancada sem a autorização expressa da organização de jogo do bicho do território em questão, como demonstraremos.

No presente texto buscamos instituir unidades de análise empíricas, e propor a respectiva análise, com o propósito de contribuir para o esclarecimento e explicação sobre a estrutura de exploração de jogos ilícitos por uma organização do jogo do bicho em seu território, na atualidade, e sobre o exercício do monopólio da exploração de todos os jogos ilícitos assentados em base territorial.

Com esse intuito, surgem ao longo do texto aspectos da morfologia contemporânea das organizações do jogo do bicho, as estruturas organizacionais que fazem funcionar a exploração de diversos tipos e formas de jogos ilícitos.

No entanto, esse texto não tem por objeto específico a morfologia atual das organizações do jogo do bicho, mas o exercício do monopólio territorial na atualidade. Isso nos obriga a trazer exemplificações sobre as relações das organizações do jogo do bicho com milícias e com o varejo do tráfico. Trata-se de formas de “governança criminal” armada que se rentabilizam através da exploração de outros mercados ilícitos com os quais o jogo do bicho (que exerce a exploração monopolística de jogos ilícitos assentada territorialmente) possui territorialidades sobrepostas.

É preciso notar que, desde meados dos anos 1980, as organizações do jogo do bicho vêm ampliando a oferta de jogos ilícitos com a constituição de novos mercados nessa área. De certo modo, é como se os ilegalismos se alimentassem dos próprios ilegalismos, já que uma legalização dos jogos no Brasil romperia com a possibilidade do monopólio dessas organizações.

Nos anos 1980 chegaram ao Brasil as máquinas de videopôquer. A entrada e exploração dessas máquinas no país não é completamente esclarecida, mas existem indicações de que foram introduzidas pela máfia corsa. Os banqueiros do jogo do bicho logo se assenhorraram deste novo

mercado (O Globo, 1986), e a partir dele o clã de Castor de Andrade introduziu as máquinas de caça-níqueis, em meados dos anos 1990, na cidade do Rio de Janeiro.

Logo Castor de Andrade começou a fabricar estas máquinas. Outros clãs passaram também a explorar as máquinas caça-níqueis. A partir de então, a estrutura do jogo do bicho deu suporte para o surgimento de uma atividade propriamente industrial de produção de máquinas caça-níqueis.

Posteriormente as organizações do jogo do bicho, a partir de meados dos anos 2000, passaram a explorar jogos informatizados via sites na internet. Gradativamente as organizações do jogo do bicho, ao longo das primeiras duas décadas do século XXI, desenvolveram ampla expertise para a exploração de jogos informatizados.

Hoje essas organizações possuem meios para montagem, programação reparação e instalação de máquinas caça-níqueis em bares e outros estabelecimentos comerciais em toda a cidade do Rio de Janeiro, e em todo o Estado do Rio de Janeiro, e exportam essa experiência para outros estados da federação. Possuem núcleos tecnológicos destinados à criação e manutenção de links para apostas realizadas pela internet.

A rentabilidade maior, devido à exploração de um leque mais amplo de jogos ilícitos, levou à criação de um sistema de gestão mais robusto e exigiu a amplificação do recrutamento de policiais para a segurança das atividades da organização. Tais atividades incluíram o transporte de vastas somas de dinheiro em espécie arrecadadas nas milhares de máquinas caça-níqueis exploradas no território de cada organização. Uma grande organização do jogo do bicho na atualidade mantém um considerável “exército privado”, que pode chegar, no caso de algumas organizações, à casa das centenas de homens trabalhando para a segurança da organização, grande parte deles composta por agentes da segurança pública, predominantemente policiais militares.

A crescente lucratividade também determinou o recurso a mecanismos mais sofisticados de lavagem de dinheiro e o estabelecimento de novas formas de gestão, arrendamentos, parcerias com “maquineiros”, arrendamento da exploração do jogo para algumas milícias e pedágios para a exploração das máquinas caça-níqueis.

Apesar de todas as transformações mencionadas, durante as últimas duas décadas a atividade das organizações do jogo do bicho continuou se fundamentando no controle monopolístico da exploração de jogos ilícitos, exercido por cada organização em seu respectivo território.

Inicialmente apresentamos três casos para exemplificar o monopólio de todos os jogos ilícitos por uma organização do jogo do bicho em seu território: um da década de 1980 e dois da segunda década do século XXI. Em seguida trataremos do monopólio da exploração de jogos ilícitos e de sua transformação nas primeiras duas décadas do século XXI, marcadas pelo surgimento e crescimento das milícias (Zaluar, Conceição, 2007; Cano, Duarte, 2012), grupos paramilitares que disputam o controle armado de favelas com facções do varejo do tráfico.

Trataremos da relação das organizações do jogo do bicho com as milícias e com o varejo do tráfico nesse período.

Também abordaremos o surgimento de relações de prestações econômicas entre o jogo do bicho e esses grupos bem como de formas de relação como o arrendamento e o pedágio para a exploração de máquinas caça-níqueis. Finalmente, trataremos especificamente da exploração de máquinas caça-níqueis, da relação das organizações do jogo do bicho com donos de bares e estabelecimentos onde essas máquinas são instaladas. Nas conclusões, trataremos da “tradição” que sustenta e confere legitimidade à exploração monopolística de todos os jogos ilícitos por uma organização do jogo do bicho em seu território.

As unidades de análise empírica analisadas foram construídas a partir da seleção de matérias jornalísticas entre os anos de 1986 e 2025, que trazem informações úteis para o problema de pesquisa abordado no presente texto. Além das matérias jornalísticas, foram selecionadas informações de documentos jurídicos, tais como denúncias do Ministério Público (MP) do Rio de Janeiro e do MP Federal sobre organizações do jogo do bicho e processos penais derivados destas denúncias. Entre os documentos jurídicos consultados, os mais úteis para o presente trabalho são os referentes a: (a) Operação Gladiador (2006), da primeira década do século XXI, que traz informações sobre as organizações chefiadas por Rogério Andrade e a chefiada por Fernando Ignácio; (b) Operação Hurricane, de 2011, que incriminou as organizações de Aniz Abraão David, Capitão Guimarães e Turcão; e, por fim, (c) a Operação Calígula, de 2022, que abordou a organização de Rogério Andrade.

Além das fontes mencionadas foi realizada revisão bibliográfica sobre a temática do jogo do bicho e das milícias. Essas fontes incluem trabalhos acadêmicos sobre jogo do bicho e livros de jornalismo investigativo que abordam milícias e pistolagem profissional, os quais trazem importantes informações sobre a morfologia contemporânea das organizações do jogo do bicho e sobre a relação dessas organizações com as milícias e com as facções do varejo do tráfico.

1 - O MONOPÓLIO DE TODOS OS JOGOS ILÍCITOS PELA ORGANIZAÇÃO DO JOGO DO BICHO EM SEU TERRITÓRIO: TRÊS CASOS DE CONFLITO

Vejamos como uma organização do jogo do bicho exerce seu monopólio de exploração dos mercados de jogos ilícitos em seu território de atuação, através de três casos exemplares. O primeiro, dos anos 1980, conhecido como “O caso da morte do Bookmaker”, envolveu o conflito dos banqueiros de jogo do bicho Maninho Garcia e Luizinho Drumond com um grupo que mantinha rodas de carteados em Copacabana.

O segundo caso refere-se ao monopólio da exploração de apostas de jogos de futebol, “bolões de futebol” por meio informatizado. Apresentamos o caso da consulta feita, na atual

década, por um membro de uma organização do jogo do bicho ao seu superior hierárquico na organização. A questão era saber se ele poderia explorar — como atividade particular e independente de sua vinculação à organização do jogo do bicho — as referidas apostas de jogos de futebol por meio virtual, em bar de sua propriedade, localizado em área situada dentro da abrangência territorial da organização do jogo do bicho para a qual trabalha. Ao demonstrar esse caso, mencionamos dois assassinatos de indivíduos que desrespeitaram o monopólio da exploração dos “bolões de futebol” dentro do território da mesma organização do jogo do bicho em questão. Segundo a investigação policial, os referidos assassinatos podem ter sido ordenados por contraventores (Ouchana & Gasparini, 2019a, 2019b).

O terceiro caso exemplifica o confronto entre um grande chefe do jogo do bicho e dois poderosos milicianos de sua região, dos quais um lhe prestava serviços havia décadas e arrendava máquinas de caça-níqueis de sua organização para explorar o jogo nas favelas onde exercia domínio miliciano.

Nos três casos, separados cada um deles por anos ou décadas, o jogo do bicho impôs seu monopólio territorial na exploração de jogos ilícitos dentro do seu “território”. No primeiro caso, na já distante década de 1980, o jogo do bicho se impôs sobre um grupo que explorava rodas de carteadado, deixando claro, de forma exemplar — com a eliminação física dos membros desse grupo —, que a exploração de jogos ilícitos era exercida monopolisticamente. No segundo caso, a organização do jogo do bicho impôs inclusive a seus funcionários a obediência à exploração de jogos ilícitos exercida por ela de forma monopolística. No terceiro caso, a organização se impôs a dois poderosos milicianos que atuavam em seu território, sendo um deles aliado ao clã da referida organização havia décadas; ambos foram assassinados por pistoleiros profissionais.

1.1 - O caso do bookmaker de Copacabana

Um caso dos anos 1980 ocorrido em Copacabana, conhecido como “caso da morte do bookmaker” (O Globo, 1987; O Globo, 1986; Jornal do Brasil, 1986), envolveu a morte de ao menos três homens que exploravam rodas de carteadado naquele bairro, área do clã Garcia. O conflito entre os grandes banqueiros do jogo do bicho Maninho e Luizinho Drumond, de um lado, e um grupo de indivíduos que explorava rodas de carteadado no local, de outro, se desenvolveu entre agosto de 1986 e janeiro de 1987.

Esse grupo envolvia um chefe da Segurança do Tribunal de Contas do Estado (conhecido à época pelo vulgo de Jorge Turco, que mantinha rodas de carteadado em Copacabana), seu segurança (um professor de educação física conhecido pelo vulgo Comprido, de 25 anos) e um bookmaker (um jovem de 24 anos que vivia de jogos e de achaques a lojas de apostas de corrida de cavalos e rodas de carteadado).

Nesse período, Maninho, filho de Miro Garcia, mantinha, em sociedade com Luizinho Drumond, um cassino e rodas de carteados em Copacabana. Drumond frequentava ambos os negócios. Jorge Turco e Comprido, além de manterem rodas de carteados que competiam com as de Luizinho Drumond, resolveram fazer acaques nas rodas de carteados dele. Não só isso: Comprido também fazia acaques a lojas de apostas de corridas de cavalo e a rodas de carteados no bairro de Vila Isabel, onde o jogo do bicho era controlado pelo clã Garcia.

Luizinho recebeu reclamações de que Jorge Turco estaria extorquindo participantes de rodas de carteados que lhe pertenciam em Copacabana. Luizinho e Maninho teriam advertido Jorge Turco e sua segurança, conhecido como Comprido.

Em abril de 1986, ao sair de seu cassino em Copacabana, Luizinho Drumond teria sofrido um ataque que se suspeitou ter sido ordenado por Comprido. Em depoimento na delegacia que investigava o caso, Luizinho Drumond negou tratar-se de um atentado e cogitou ter sido vítima de um assalto. Após essa dinâmica de conflitos, Jorge Turco e Comprido foram sequestrados e nunca mais se soube de seus paradeiros (Jornal do Brasil, 1986).

O jovem bookmaker, que vivia de jogos, era muito amigo de Comprido e participava com ele de acaques a rodas de carteados em Copacabana e Vila Isabel bem como em lojas de apostas de jogo de cavalo. Ele resolveu denunciar, em delegacia policial, que Maninho e Luizinho Drumond teriam sido os mandantes do sequestro de Jorge Turco e Comprido.

Após fazer a denúncia, o jovem bookmaker saiu da cidade por breve período, pois sabia que sofreria risco de vida. No entanto, não conseguiu ficar longe de Copacabana e retornou para a vida boêmia do bairro. Meses depois de ter feito a denúncia, foi executado em uma madrugada de janeiro de 1987, na Avenida Princesa de Santa Isabel. Morreu na calçada, e logo seu cadáver ficou rodeado por prostitutas do local que o conheciam. Assim deixaram de existir as rodas de carteados de Jorge Turco e os acaques que realizava com Comprido e com o jovem bookmaker.

Além de Jorge Turco, Comprido e o bookmaker, houve outras mortes possivelmente relacionadas ao conflito de Jorge Turco e Comprido com os banqueiros do bicho Maninho e Luizinho Drumond.

Antes de ser morto, o jovem bookmaker já havia sofrido atentados. Nas denúncias que fez em delegacia policial, além de acusar Maninho e Luizinho Drumond pelo sequestro e desaparecimento de Jorge Turco e Comprido — tendo sido supostamente apoiados por um terceiro grande banqueiro do jogo do bicho, Antônio Petrus Kalil, o Turcão —, falou que ele seria assassinado de maneira idêntica, referindo-se, além das mortes de Jorge Turco e Comprido, ao assassinato de “Jorge David (amigo do ex-presidente João Figueiredo) por dívidas de jogo” (O Globo, 1987).

No caso da morte do bookmaker, podemos notar como um grupo que mantinha rodas de carteados concorrentes com as dos banqueiros do jogo do bicho e fazia acaques nas rodas de

carteado existentes nas áreas do jogo do bicho em Copacabana e Vila Isabel foi neutralizado. A afronta à autoridade do jogo do bicho não foi tolerada.

1.2 O monopólio da exploração das apostas de “bolões de futebol” por meio virtual

Em 2022, a Operação Calígula, deflagrada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, baseada em investigações do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), levantou grande quantidade de informações sobre a organização do jogo do bicho chefiada por Rogério Andrade. Esta organização possui vasto território que abrange praticamente a totalidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro (área mais populosa da cidade). Seu domínio se estende de Bangu e Santa Cruz até a Barra da Tijuca, incluindo toda a região de Jacarepaguá.

Ao consultar a denúncia do MP, em meio à vastidão de registros sobre a organização do jogo do bicho, em grande parte extraídos de conversas telefônicas e via WhatsApp, por quebra de sigilo telemático, encontramos o diálogo de um membro da organização que atuava no bairro Recreio dos Bandeirantes com seu superior hierárquico. Esse superior hierárquico era responsável pelo gerenciamento de pontos de apostas, de máquinas caça-níqueis e outros jogos na Região de Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Pelas atribuições descritas, trata-se de homem importante dentro da hierarquia da organização, possuindo um cargo revestido de autoridade.

O referido funcionário, que atuava na área do Recreio dos Bandeirantes, se dirigiu ao mencionado chefe para lhe fazer uma consulta sobre “uma proposta de trabalho” que havia recebido, e pede um encontro pessoal. Seu chefe solicita que ele antecipe o assunto. Ele, então, explicou que havia recebido uma proposta para explorar em seu bar no Recreio dos Bandeirantes, por meio virtual, apostas de jogo de futebol (os chamados “bolões”). O chefe lhe respondeu (a) que não havia essa possibilidade, em nenhuma hipótese; (b) que a modalidade de apostas de jogo de futebol teria sido introduzida em 2017 pela própria organização para a qual trabalhavam; e (c) que o chefe do clã e líder da organização proíbia estritamente a exploração dessa modalidade de apostas em seu território, exercendo o monopólio. Ele próprio — o chefe a quem o funcionário se dirigiu — afirmou que gerenciava pontos de apostas da organização e que administrava lojas de jogo onde aquela modalidade de apostas era explorada. O funcionário, então, acatou o que foi dito, se desculpou enfaticamente e reiterou seu respeito às decisões da organização, alegando que por isso fez a consulta.

Na denúncia do MP, podemos notar que os próprios promotores usam a expressão “monopólio”, em comentário sobre o diálogo que sintetizamos acima entre o funcionário (referido como “Sandrinho Recreio”) e seu superior hierárquico (citado como Mug):

“Comentário: “Mug” (em verde) deixa bem claro para “Sandrinho Recreio” (em azul) como funciona o monopólio de Rogério Andrade com o jogo dentro da área dominada por ele. Alerta que não pode colocar porque Rogério “proíbe” e “não deixa botar” qualquer atividade de jogo na extensão territorial por ele ocupada.

Verifica-se, pois, do referido diálogo, que “Sandrinho Recreio” (em azul) estaria absolutamente preocupado em explorar jogos em seu estabelecimento, que é situado em área dominada pela ORCRIM, tanto é que buscou autorização prévia junto à MUG e se prontificou em parar imediatamente a atividade quando descobriu a atuação da ORCRIM na localidade. Extrai-se, ainda, do diálogo, a importância de MUG na estrutura criminosa, tanto por ser referência no pedido de autorização encabeçado por “Sandrinho Recreio”, quanto por afirmar categoricamente que faz a gestão de áreas dominadas por Rogério de Andrade, inclusive possuindo loja para jogos. Complementando a informação, tem-se que em 14/11/2019 os nacionais Oséas Gomes Sales e Pablo Costa Nunes foram assassinados (<https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-investiga-se-assassinatos-na-zona-oeste-foram-ordenados-por-contraventores-24083384.html>). Oséas teria recebido ordem da contravenção da zona oeste para encerrar as apostas que vinha fazendo de bolões de futebol.

No dia da morte, Oséas decidiu fazer uma “saideira” como um último bolão. Note que é a mesma modalidade de jogo que Sandrinho pretendia colocar. A morte de ambos se deu no bairro de Realengo, uma das áreas de Rogério Andrade. De acordo com o diálogo de Mug e Sandrinho, Rogério Andrade já dominava o jogo de apostas de futebol, no mínimo, desde 2017”. (Operação Calígula, 2022)

No trecho acima encontra-se a informação sobre o assassinato de dois homens que desrespeitaram a organização do jogo do bicho, segundo investigações policiais, por realizar apostas de jogo de futebol por meio virtual em área da mesma organização do jogo do bicho, indicando que o monopólio da exploração deste jogo ilícito é exercido em toda a extensão do território de atuação do jogo do bicho. Recreio dos Bandeirantes e Realengo são bairros distantes, que se localizam em extremos opostos do território desta organização do jogo do bicho.

1.3 Terceiro caso: os assassinatos de dois grandes milicianos que atuavam no território de um grande clã do jogo do bicho

Nesse terceiro caso é possível observar um conflito cuja exterioridade aparente é o desacordo sobre prestação de contas pelo arrendamento da exploração de máquinas caça-níqueis em território controlado por uma milícia de importante dimensão. Frente a um conflito com a organização do jogo do bicho, esta se impõe sobre dois importantes grupos milicianos aliados.

Diferentemente dos dois casos anteriores, este expõe um conflito entre a organização do jogo do bicho e dois grupos milicianos dotados de espraiamento territorial e capacidade de uso da força, liderados respectivamente por dois policiais militares que tiveram passagem pela polícia judiciária na condição de adidos da Polícia Militar (PM) para Polícia Civil. Ambos atuaram na Delegacia Antissequestro.

É importante notar que ao arrendar a exploração de máquinas caça-níqueis no território de seu domínio, um chefe de milícia não se torna um “banqueiro do jogo do bicho” ou “bicheiro”. A exploração dessas máquinas na área de domínio de uma organização do jogo do bicho é monopólio desta. A regra estabelecida pelas organizações do jogo do bicho é o pagamento pontual do valor acordado para o arrendamento.

Geraldo Antônio Pereira e Marcos Falcon, cujos assassinatos foram separados por poucos meses do ano de 2017, eram policiais militares que desenvolveram carreiras significativas e premiadas. Os dois iniciaram suas carreiras na PM, onde ganharam notoriedade como policiais “operacionais” e de alta eficiência no confronto armado com o varejo do tráfico. Os dois foram policiais militares cedidos em meados dos anos 2000 para a Polícia Civil, onde atuaram juntos na Delegacia Antissequestro.

A passagem dos dois por aquela delegacia lhes conferiu alto reconhecimento, pela capacidade que possuíam para o levantamento de informações e elucidação de casos de sequestro, quando este delito possuía alta incidência na cidade do Rio de Janeiro. Embora nenhum dos dois tenha recebido condenações por formação de milícias, investigações do MP e fontes do jornalismo investigativo indicam que ambos controlavam milícias em trechos distintos da Zona Oeste. Ambos teriam mantido relações com organização local do jogo do bicho.

Segundo fontes bibliográficas, jornalísticas e judiciais consultadas, Geraldo Pereira controlou durante anos a milícia de Curicica e estendeu seu controle miliciano a outras áreas de Jacarepaguá e ao Terreirão no Recreio dos Bandeirantes. Marcos Falcon possuía influência em bairros como Oswaldo Cruz, Vila Valqueire e Bento Ribeiro.

Geraldo Pereira prestava serviços para a família Andrade desde quando Castor de Andrade ainda era vivo (Ramalho, 2024). Documentos judiciais e fontes bibliográficas indicam que Geraldo Pereira arrendava máquinas caça-níqueis do clã de Rogério Andrade para explorar o jogo nas favelas de Jacarepaguá, onde impunha o poder de sua milícia (Soares, 2023).

Em 2017, após sofrer batidas policiais em áreas de seu domínio e ter queda na rentabilidade da exploração de máquinas caça-níqueis em seu território, alegou não ter como pagar ao clã de Rogério Andrade todo o valor combinado pelo arrendamento do jogo na sua área e teria enviado um valor menor. O dinheiro foi devolvido, acompanhado da seguinte resposta. “Ou o valor correto, ou nada” (Soares, 2023, p. 76).

Iniciou-se um conflito entre Geraldo Pereira e a organização do jogo do bicho. Meses depois, Geraldo Pereira foi executado, supostamente pelo Escritório do Crime de Adriano da Nóbrega, a mando da organização do jogo do bicho. (Araújo, 2024).

1.4 O caso Marcos Falcon, presidente da Portela

Em investigação do ano de 2024, o Gaeco do MPRJ indicou a possível relação entre as mortes de Geraldo Pereira e Marcos Falcon, presidente da escola de samba Portela (Soares, 2025). Em depoimento prestado no dia 29 de setembro de 2019 às promotoras federais Simone Sibílio e Letícia Emile, Orlando Curicica (*ex-braço direito* de Geraldo Pereira e seu sucessor na chefia da milícia de Curicica) relatou que os dois assassinatos estavam relacionados. Desde o início das investigações a polícia trabalhou com a hipótese de que havia chegado a Rogério Andrade a informação de que Geraldo Pereira e Marcos Falcon estariam, após o conflito descrito acima, planejando um atentado contra ele. Diante disso, a organização do jogo do bicho teria, então, decidido executar os dois (Soares, 2023).

Como mencionado antes, Marcos Falcon foi executado quatro meses após a execução de Geraldo Pereira. Segundo Orlando Curicica, as duas execuções tiveram o mesmo mandante e foram realizados pelos mesmos pistoleiros: membros do Escritório do Crime de Adriano da Nóbrega (Araújo, 2024; Soares, 2021).

A morte de Marcos Falcon alcançou repercussão midiática maior que a de Geraldo Pereira. Além de Marcos Falcon ter construído uma aura de justiceiro nos bairros de Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro e Madureira — o que lhe trouxe razoável aceitação popular nestes bairros —, ele era envolvido com o carnaval. Quando foi executado, em 2016, era nada menos que presidente da Portela, uma das escolas de samba mais tradicionais do Rio de Janeiro. Atuava na diretoria da agremiação desde 2011 e era amplamente considerado como “o homem que reergueu a Portela”. Era muito bem relacionado com a Velha Guarda da Portela e havia se casado com Selminha Sorriso, histórica porta-bandeira da escola Beija-Flor. Dirigia os desfiles do grupo de acesso na Estrada Intendente Magalhães.

Vale destacar que, com o prestígio alcançado por sua atividade policial, Marcos Falcon foi quem ergueu a bandeira do Brasil no alto do Complexo do Alemão quando a favela foi ocupada para a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Com a notoriedade alcançada no mundo do samba, Marcos Falcon decidiu se candidatar a vereador. Quando foi executado, saía de seu comitê de campanha em Madureira. Diversas personalidades públicas, incluindo o prefeito Eduardo Paes, compareceram a seu enterro. Embora fosse suspeito de ser miliciano, nunca sofreu qualquer condenação por esse tipo de delito.

É possível que também tivesse acordo de arrendamento de máquinas caça-níqueis com a organização do jogo do bicho, assim como seu amigo Geraldo Pereira. Algumas informações públicas sugerem essa possibilidade. Quando ambos, Geraldo Pereira e Marcos Falcon, foram

executados, apresenta-se nessa dinâmica a possível indicação de que a organização do jogo do bicho era mais poderosa do que a associação de dois grupos milicianos que atuavam em partes distintas de seu território e foi capaz de se impor quando eles a ameaçaram.

Por se estender por vasta região, uma grande organização do jogo do bicho, como a que tratamos nesse tópico — hoje é considerada a maior organização da cidade do Rio de Janeiro e possivelmente de todo o estado — possui recursos econômicos, quantitativo de funcionários e seguranças que podem alcançar a casa de centenas de membros. Muitas vezes são agentes do Estado, como policiais militares, civis, bombeiros ou agentes penitenciários. Essa organização possui contatos em várias delegacias policiais e batalhões de Polícia Militar em todo o estado do Rio de Janeiro, além de contatos com delegados de polícia e com magistrados. A organização do jogo do bicho é capaz de realizar operações de inteligência: são recursos que amplificam a capacidade de obter informações e desenvolver seu exercício de poder territorial, ações de inteligência, coação, corrupção e assim por diante. É um poder que excede em muito o poder de grupos milicianos como o de Geraldo Pereira e de Marcos Falcon, muito embora, no caso de ambos, trate-se de policiais com longa experiência na polícia judiciária, com contatos amplos dentro do aparelho policial.

Em 2025, matéria de O Globo, datada de cinco de janeiro, assinada por Rafael Soares, informa sobre “um novo fôlego para as investigações policiais e do MP sobre a morte de Falcon” (Soares, 2025). Diz o texto que o MP descobriu, no telefone de Flávio Santos (presidente da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel), trocas de mensagens a seu ver indicariam o envolvimento da organização de Rogério de Andrade com a execução de Falcon. Flávio Santos teria em seu telefone trocas de mensagens com o casal que supostamente teria “entregado” Falcon para os executores².

Falcon teria sido traído por sua ex-esposa, que trabalhava em seu comitê de campanha, e pelo atual marido dela, um policial militar. O casal teria agido em acerto com Flávio Santos e repassado informações para a execução de Falcon. Após a execução, o MP apurou com testemunhas e familiares da vítima que o controle do “Campo do Falcon”³ teria sido assumido com uso da força: 40 homens armados a mando de Flávio Santos teriam se reunido no Campo e passado o controle deste para a ex-esposa de Falcon e seu marido, intimidando qualquer aliado da vítima que quisesse disputar a sucessão. A sucessão foi realizada sob o controle armado de Flávio Santos (Soares, 2025). Nas trocas de mensagem o MP também teria encontrado a informação de que Flávio Santos assegurava ao casal que “tudo permaneceria como era antes”, o que possibilita

² Esta é a principal linha de investigação do MP quando escrevemos o artigo.

³ Local composto por um campo de futebol, uma área para estacionamento e pequenos apartamentos em Oswaldo Cruz, Zona Norte do Rio de Janeiro. Conforme matéria jornalística de Martins e Bassan (2020), a “polícia investiga se o campo do Falcon virou uma espécie de escritório de milicianos após a morte do presidente da Portela.”

levantar a hipótese de que o séquito de Marcos Falcon poderia ter tratados de arrendamento de máquinas caça-níqueis com a organização do jogo do bicho. (Soares, 2025).

2 - O EXERCÍCIO DO DOMÍNIO TERRITORIAL: CARACTERÍSTICAS GERAIS E TRANSFORMAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Como procuramos demonstrar no tópico anterior, uma organização do jogo do bicho exerce o domínio do mercado de jogos ilícitos em todo o território sobre seu controle através do uso da força, com métodos violentos. A organização pune qualquer agente ou grupo organizado que desafie esse monopólio sobre os mercados informais ilegais de jogos ilícitos.

Dada a peculiaridade do desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro, marcado pela presença de favelas em toda a sua extensão, elas também estão presentes nos territórios de “domínio” das organizações do jogo do bicho. Nas favelas, existem territorialidades sobrepostas: a das organizações do jogo do bicho e as de grupos armados como o varejo do tráfico de drogas e as das milícias, estas formadas originalmente por policiais, ex-policiais, bombeiros militares e agregados.

Podemos afirmar que durante toda a segunda metade do século XX as relações entre as organizações do jogo do bicho e o varejo do tráfico nas favelas foi pacífica. Esse foi o período de enriquecimento e consolidação dos grandes clãs do jogo do bicho, que se formaram usando meios de coação contra pequenos banqueiros, guerras, expropriações, no período que antecedeu a formação da “cúpula” do jogo do bicho, a coalizão de clãs que pacificou e criou regras de convívio entre eles.

Por essa época ainda não haviam surgido as milícias tal como o fenômeno se apresentou nos inícios da primeira década do século XXI. A exploração do jogo do bicho nas favelas então controladas por facções do varejo do tráfico era respeitada. Nessa sobreposição de territorialidades, o varejo do tráfico explorava o comércio ilícito de drogas, enquanto o jogo do bicho explorava sua loteria, em convívio pacífico⁴.

Esse cenário começou a se alterar, em meados dos anos 2000, com a expansão da exploração das máquinas caça-níqueis, que haviam se transformado na principal fonte de renda dos banqueiros do jogo do bicho, e com o surgimento das milícias (Manso, 2020; Soares, 2023; Ramalho, 2024). Em alguns casos, os milicianos participavam anteriormente de redes ligadas ao jogo do bicho, com casos de policiais que participavam diretamente da sua segurança ou vendiam

⁴ Apenas para registro, conhecemos ao menos um caso, nesse período reportado, de conflito entre um poderoso banqueiro do jogo do bicho e um “dono de morro” no Salgueiro. Mas a motivação eram disputas dentro da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro. O referido “dono do morro” foi assassinado, em confronto no Morro do Salgueiro, pelo delegado Hélio Vígio, encerrando-se o conflito.

proteção aos clãs e organizações do jogo do bicho havia tempos, e se tornaram milicianos (Vieira, 2024). Em outros casos os milicianos não possuíam esta mesma trajetória.

As milícias, como é bastante documentado na bibliografia acadêmica especializada, desde seu surgimento, exploraram um amplo portfólio de mercadorias ilícitas nos territórios onde exerciam domínio armado. (Zaluar, Conceição 2007; Manso, 2020; Soares, 2023, Ramalho, 2024). O leque amplo de mercados ilícitos explorados inclui a prestação ilegal de serviço de internet (o chamado gatonet), exploração do mercado de transporte público ilícito, extorsão de comerciantes, entre outras estratégias aquisitivas em mercados ilícitos. A partir de certo momento, determinados grupos milicianos passaram a se associar a facções do varejo do tráfico, oferecendo a elas proteção.

Em sua evolução, as milícias passaram a explorar a construção imobiliária irregular em favelas e a auferir lucros através de diversos mercados ilícitos. Em algumas regiões — não em todas, é importante registrar —, as milícias passaram a negociar com bicheiros o pagamento de pedágio para a instalação de máquinas caça-níqueis ou a fazer acordos de arrendamento da exploração dessas máquinas.

Então se verifica, em meados dos anos 2000, o surgimento de formas de prestações econômicas entre alguns clãs (não todos) e milicianos, a negociação do pedágio para instalação de máquinas caça-níqueis em algumas favelas de grandes dimensões ou o arrendamento da exploração dessas máquinas.

Vale notar que, fora de favelas, a exploração das máquinas caça-níqueis exige a relação dos banqueiros do jogo do bicho com os donos de bares onde são instaladas as máquinas. Também se exige a figura de um arrecadador, que passa nos bares, abre as máquinas e recolhe o dinheiro depositado. Então, um percentual do lucro é dado aos donos de bares. Em algumas favelas, os banqueiros do jogo do bicho de alguns clãs — notadamente no caso dos herdeiros de Castor de Andrade, Rogério Andrade e Fernando Ignácio — resolveram arrendar máquinas para os chefes de milícia.

Contudo, o território para a exploração dos jogos segue tendo um “dono”. A exploração das máquinas caça-níqueis é monopólio da organização do jogo do bicho da região, que o exerce em todo o território, inclusive nas favelas controladas pela milícia ou pelo tráfico.

As máquinas arrendadas por milicianos recebem o selo definido pelo clã familiar que exerce o monopólio na região, e somente máquinas com o selo da organização podem ser exploradas mediante pagamento mensal, e sem atraso, do arrendamento.

Na eventualidade de a milícia local abrir espaço para a entrada de máquinas de outra organização do jogo do bicho, extrapola-se um limite tolerável para qualquer organização do jogo do bicho, fato que potencialmente conduziria a um conflito armado em que o chefe do clã do jogo do bicho buscaria eliminar fisicamente o chefe da milícia, como foi demonstrado no tópico

anterior — ou, hipoteticamente, usaria sua poderosa influência dentro das corporações policiais para “derrubar” o chefe da milícia via repressão estatal, policial ou judicial.

Tal situação de conflito entre um chefe de milícia e um grande banqueiro do jogo do bicho é fenômeno de grande relevância para a compreensão da estrutura do jogo do bicho na atualidade, mas não é frequente. Terá maior probabilidade de ocorrer em área disputada por dois chefes de clã rivais, como ocorreu durante o período em que o clã Garcia, na fase chefiada por Bernardo Bello, disputou territórios com o clã de Rogério Andrade. A rivalidade entre o chefe de clã local e o chefe miliciano estaria entrelaçada com a rivalidade entre dois chefes de clãs. Essa situação pode ser inferida empiricamente.

É importante salientar que o pagamento de pedágio, ou o arrendamento de máquinas, geralmente ocorre em uma favela relativamente grande e populosa. Em favelas pequenas pode haver pagamento de pedágio ou não. Frequentemente o chefe de uma milícia pequena não pede pedágio para o chefe do clã do jogo do bicho. Ele mesmo faz a arrecadação das máquinas e entrega o dinheiro ao chefe do clã (Manso, 2020). Em caso de falha no repasse do dinheiro, o que constituiria uma fraude contra o clã do jogo do bicho, o chefe de uma pequena milícia é facilmente eliminado pelo chefe de um clã do jogo do bicho. O jogo do bicho frequentemente faz doações filantrópicas para moradores destas pequenas favelas.

O mesmo tipo de relação econômica descrita entre uma organização do jogo do bicho e um chefe de milícia pode acontecer na atualidade entre um chefe de clã do jogo do bicho e um chefe do varejo do tráfico em uma favela. Com mais frequência, ocorre na forma de pagamento de pedágio pelo chefe do clã ao “dono do morro”.

Ainda antes da transformação verificada e documentada sobre a mudança de estratégia de alguns donos de morro, que, seguindo o exemplo dos milicianos, passaram a explorar outros mercados ilícitos como gatonet, transporte alternativo, construção imobiliária irregular, entre outros, temos notícia, em matéria de O Globo (2005), sobre o assassinato de um recolhedor de dinheiro de máquinas caça-níqueis de Rogério Andrade na Favela Vila Kennedy, supostamente por atraso no pagamento de pedágio pelo chefe do clã do jogo do bicho ao varejo do tráfico. Nesse caso específico, durante operação policial um jovem pertencente a varejo do tráfico negou que o tráfico cobrasse pedágio para a exploração de máquinas caça-níqueis e disse que o assassinato teria sido produto da guerra entre banqueiros do jogo do bicho na região, e não de atraso no pagamento de pedágio pelo chefe do clã do jogo do bicho.

Já então, em 2005, o noticiário jornalístico falava do pagamento de pedágio de um clã do jogo do bicho, pela instalação de máquinas caça níqueis em uma favela controlada pelo varejo do tráfico. Não temos como saber, nesse caso específico, se havia pagamento de pedágio ou não. No entanto, o fato de a imprensa mencionar pagamento de pedágio para o tráfico ainda em 2005 é sintomático de que essa modalidade de acordo entre o varejo do tráfico e as organizações do jogo do bicho já existisse nesse período em algumas favelas.

2.1 - O conflito entre o clã Garcia e o “dono de morro” Gam Gam

Em 2003, o dono de morro “Gam Gam”, que ficou muito conhecido após ordenar um ataque com rajadas de fuzil contra a sede da prefeitura do Rio de Janeiro, notório por usar métodos extremamente violentos contra seus rivais, resolveu tomar as máquinas de caça-níqueis do banqueiro de jogo de bicho Maninho instaladas em favelas controladas pela sua quadrilha no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, não possuía recursos humanos e materiais para o reparo de máquinas e reposição de peças. Por esse motivo, começou a ordenar o roubo de peças de máquinas caça-níqueis para consertar as máquinas de Maninho que ele havia confiscado. Devido a este conflito, tendo sido Maninho assassinado em 2004, Gam Gam foi por algum período considerado suspeito de ser o mandante. Um mês após a morte de Maninho, Gam Gam foi assassinado durante uma operação policial. Embora Gam Gam possuísse muitos inimigos, cogitou-se na época que seu assassinato teria sido um favor ao clã Garcia.

Algo como o conflito de Gam Gam com o clã Garcia parece ser um caso isolado. Não temos conhecimento de nenhum outro caso como esse, quando um “dono de morro” tentou explorar máquinas caça-níqueis por sua própria conta.

2.2 - Contatos entre organizações do jogo do bicho e quadrilhas do varejo do tráfico

No ano de 2018, quando a organização do jogo do bicho de Rogério Andrade já se encontrava em posição de confronto com o chefe do clã Garcia, Bernardo Bello, soube-se que supostos milicianos que recebiam pedágio ou arrendavam máquinas de Rogério Andrade em seus territórios de Jacarepaguá tentaram entrar nas favelas da região da Tijuca, fazendo ofertas de parceria econômica na exploração de máquinas caça-níqueis para os chefes locais do varejo do tráfico (O Globo, 2018). A região da Grande Tijuca é “território” do clã Garcia.

Os acordos de prestações econômicas das organizações do jogo do bicho com o varejo do tráfico, no entanto, parecem ser muito menos frequentes do que entre as organizações do jogo do bicho e as milícias com atuação em grandes áreas, principalmente na forma de arrendamento da exploração das máquinas caça-níqueis. Por exemplo, a organização do jogo do bicho chefiada pelo clã Escafura, após a prisão de Haylton Escafura (que, entre 2011 e 2016, chefiava os negócios do clã devido à idade avançada de seu pai, o banqueiro do jogo do bicho Piruinha), arrendou parte de seu território — algumas fontes dizem que metade dele — para um grupo liderado por um policial que possuía experiência na contravenção no Norte Fluminense. Os arrendamentos são frequentes para milicianos.

3 - O EXERCÍCIO DO MONOPÓLIO DA EXPLORAÇÃO DE JOGOS ILÍCITOS NA EXPLORAÇÃO DE MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS

Todos os clãs do jogo do bicho na atualidade possuem uma organização interna composta por núcleos profissionais destinados a prover os meios empresariais, logísticos e tecnológicos para a exploração de máquinas caça-níqueis e jogos ilícitos informatizados — além da tradicional loteria do jogo do bicho, que ainda utiliza a figura dos apontadores, que são os indivíduos encarregados da anotação da aposta no papel, geralmente em pontos estabelecidos em bares.

Para explorar as máquinas caça-níqueis as organizações do jogo do bicho possuem geralmente uma empresa que estrutura a montagem das máquinas, inclusive a importação de peças não disponíveis no mercado nacional, via contrabando. As organizações do jogo do bicho também possuem um “núcleo tecnológico” (Operação Calígula, 2022; Operação Gladiador, 2006), com programadores e técnicos em computação que fazem a programação das máquinas e desenvolvem os links para jogos virtuais.

3.1 - Os selos das máquinas caça-níqueis

Desde a segunda metade dos anos 1990, as máquinas caça-níqueis são instaladas principalmente em bares e às vezes em outros estabelecimentos comerciais, como *lan houses*, por exemplo. Toda máquina caça-níquel recebe um selo distintivo do banqueiro de jogo do bicho que exerce o monopólio da exploração dessas máquinas em seu território.

Os selos de cada organização do jogo do bicho demarcam o seu território. Além disso, se prestam ao controle da distribuição das máquinas e da localização de cada uma delas. Os selos são renovados mensalmente e indicam as máquinas cujos “donos” (na figura de “maquineiros” ou dos estabelecimentos comerciais com cujos donos a organização do jogo do bicho trata diretamente) estão com as prestações de conta em dia e, portanto, estão aptas a funcionar.

No ano de 2001, o jornal O Globo publicou a matéria “Selos de caça-níqueis traçam o mapa do bicho” (Garcia, 2001). As logomarcas nas máquinas permitiram à polícia mapear o território de cada organização do jogo do bicho naquele ano. Os selos trazem imagens e marcas distintivas de cada organização e ainda servem para que funcionários da organização do jogo do bicho, como seguranças, não roubem peças de máquinas. Eles são também um instrumento para o controle das máquinas, da arrecadação que elas propiciam, dos acertos de terceiros que usam os equipamentos e da segurança quanto à integridade das próprias máquinas.

3.2 - A exploração das máquinas caça-níqueis em bares

A organização do jogo do bicho possui o monopólio da produção, distribuição e alocação das máquinas em seu respectivo território. Em grande parte do território se estabelecem relações

diretas com donos de bares. Em outras partes, se desenvolve exploração indireta através da figura dos “maquineiros”, que fazem uma forma de arrendamento de pontos de jogo, como veremos.

A exploração direta se desenvolve da seguinte forma: é estabelecido um acordo entre a organização do jogo do bicho e o dono do bar ou estabelecimento comercial onde a máquina será instalada. Ao dono cabe apenas permitir a instalação da máquina em seu estabelecimento. Os frequentadores do local fazem apostas na máquina. Periodicamente um “recolhedor” da organização do jogo do bicho faz o “fechamento” da máquina. O dinheiro depositado em seu interior é recolhido. O recolhedor também é acionado quando se faz necessário o pagamento de uma aposta vitoriosa. O dono do bar recebe entre 10% e 20% do lucro da máquina, a depender de cada região. Alguns recolhedores, que possuem conhecimentos técnicos, fazem eles mesmos os pequenos reparos nas máquinas. Quando alguma precisa de algum reparo mais complexo, ele aciona o setor responsável na organização por prover a logística da exploração das máquinas para que seja feito reparo. O recolhedor transporta o dinheiro retirado de várias máquinas, e para isso recebe o suporte do setor de segurança de rua. As grandes organizações do jogo do bicho possuem um setor de segurança geral, que centraliza os demais núcleos de segurança de rua. O chefe da segurança geral é um dos cargos mais elevados na hierarquia de uma organização do jogo do bicho.

3.2.1 - A exploração indireta das máquinas caça níqueis: as “associações” entre banqueiros de jogo do bicho e uma pluralidade de agentes, que amplificam a rentabilidade extraída da exploração de jogos ilícitos, sem alterar o domínio monopolístico

Existem variadas formas de exploração indireta das máquinas caça-níqueis. Uma delas se dá através de indivíduos chamados “maquineiros”, e sobre as suas atividades trataremos a seguir. Também pode ocorrer através de arrendamento de máquinas para milícias. Em algumas áreas controladas por milícias pequenas, a própria organização do jogo do bicho explora diretamente as máquinas, sem nenhuma intermediação ou “sociedade” com milicianos. Também existe a exploração das máquinas caça-níqueis no interior de bingos e cassinos clandestinos. Nesse último caso, alguns cassinos e bingos são abertos em “parceria” muitas vezes com policiais, como exemplifica o caso amplamente noticiado de Ronnie Lessa e o cassino do Quebra-Mar na Barra da Tijuca, aberto com a autorização da organização do jogo do bicho de Rogério Andrade (Operação Calígula, 2022).

As associações podem produzir tensões, no caso da relação com milicianos e com o varejo do tráfico, devido à territorialidade sobreposta de banqueiros do jogo do bicho e de grupos armados da milícia e do tráfico. Trataremos dessa questão ao final desse artigo.

No entanto, as variadas formas de “associação” amplificam a exploração dos jogos na região aumentando a lucratividade dos banqueiros do jogo do bicho. Servem também muitas vezes para ocultar que as máquinas exploradas em determinada região fazem parte do negócio de um grande banqueiro do jogo do bicho. Quando ocorre uma investigação sobre a exploração de

máquinas pela via do arrendamento para um policial ou para uma milícia, estes agentes são os primeiros alvos. Isso também é útil para os grandes banqueiros do jogo como forma de explorar a solidariedade corporativa da polícia. Um policial miliciano que arrenda máquinas passa a ser responsável pela distribuição de propinas para o funcionamento das máquinas na sua região e arca com os custos da apreensão de máquinas em uma operação policial.

3.3 - A figura dos “maquineiros”

Os maquineiros são indivíduos ou grupos que compram das organizações do jogo do bicho os selos autorizativos das máquinas e passam a ser “donos” de um quantitativo de máquinas. Eles exploram pontos de jogo, instalam máquinas em bares e lucram com a exploração do jogo. Qualquer máquina caça-níquel dentro do território de uma organização do jogo do bicho somente pode funcionar com a autorização do clã familiar do território em questão. Essa autorização é simbolizada pelo selo da organização afixado nas máquinas. Esses selos são atualizados mensalmente.

Os maquineiros compram os selos. Como “donos” das máquinas, eles tratam diretamente com donos de bares, recolhem o dinheiro e fazem os acertos cabíveis. Contratam técnicos para fazer pequenos reparos nas máquinas. Contratam homens para fazer o recolhimento do dinheiro das máquinas. Eles próprios pagam propinas aos policiais da região para garantir o funcionamento dos pontos de jogo e para recuperar máquinas apreendidas. Em síntese, atuam como uma minúscula organização que paga tributo aos grandes banqueiros do jogo do bicho para explorá-lo com a autorização estrita destes.

Todos os meses os maquineiros compram novos selos atualizados, fazem um pagamento referente a cada ponto de jogo explorado, para o grande banqueiro do jogo do bicho. Os maquineiros são “empreendedores” subordinados à organização do jogo do bicho, que, através dessa “parceria”, expande o número de pontos de jogo explorados, reduz os seus gastos com a logística de reparos e substituição de máquinas apreendidas e atribui a eles o contato e negociação direta com a repressão policial local.

Usando o caso da cidade do Rio de Janeiro como referência, é possível afirmar que todo o território da cidade é dividido entre organizações do jogo do bicho. Não há nem mesmo um metro quadrado em toda a cidade que não seja controlado ou escape ao monopólio de uma organização do jogo do bicho.

Todo o território da cidade é dividido entre grandes e pequenas organizações do jogo do bicho, sendo residual o território controlado por estas. Na atualidade, existem quatro grandes organizações que se constituem como as principais: (a) a organização chefiada por Rogério Andrade, que controla toda a Zona Oeste e franjas da Zona Norte; (b) a organização chefiada pelo clã Paes Garcia, que possui o monopólio da Zona Sul e de parte da Zona Norte — o território deste clã na atualidade se encontra arrendado pela nova cúpula do jogo do bicho, conforme Soares, Souza e

Araujo (2025a, 2025b) —; (c) a organização da família Escafura, que reúne os herdeiros do recém-falecido banqueiro do jogo do bicho Picuinha e controla parte da Zona Norte — na atualidade, o território deste clã também se encontra arrendado para a nova cúpula do jogo do bicho —; e, finalmente, (d) a organização chefiada por Vinícius Drumond, que sucedeu seu falecido pai, o histórico banqueiro do jogo do bicho Luizinho Drumond (esta organização controla o território de partes da Zona Norte, especificamente na região da “Zona da Leopoldina”. Além dessas quatro organizações, existem pequenos banqueiros que controlam trechos relativamente pequenos da cidade, em respeito a antigos acordos de partilha territorial pactuados entre os grandes chefes de clã durante a vigência da antiga “cúpula” do jogo do bicho.

Também é importante registrar que algumas áreas da cidade dentro de áreas de fronteira de grandes organizações podem pertencer também a organizações do jogo do bicho cujo território principal se encontra em área distante. É o caso de partes do bairro de São Cristóvão, que pertencem à organização de Rogério Andrade, por herança de Castor de Andrade, também em respeito a pactos antigos. Nesse caso, há a hipótese de que Castor pode ter comprado há bastante tempo a área de um pequeno banqueiro do jogo do bicho.

Convém destacar que o bairro da Ilha do Governador, na Zona Norte, é controlado pela organização de Capitão Guimarães. A Ilha do Governador pertencia ao antigo banqueiro do jogo do bicho Raul Capitão, falecido em meados dos anos 1990.

Concluindo essa breve explanação sobre a divisão territorial da cidade do Rio de Janeiro na atualidade, convém registrar que a área do Centro da Cidade nunca foi território homogêneo de uma única organização. O Centro da cidade é um mosaico dividido por pequenos e grandes banqueiros, o que reflete a evolução da partilha territorial da cidade durante décadas pelas organizações do jogo do bicho.

4 - O DOMÍNIO TERRITORIAL DO JOGO DO BICHO SE ASSENTA EM UMA TRADIÇÃO

Os grandes clãs do jogo do bicho que existem na atualidade se consolidaram há décadas, há mais de meio século. Esse é o caso do clã Andrade, de Rogério Andrade, que mantém o domínio sobre toda a área que no passado foi controlada por seu tio Castor de Andrade. Também é o caso de outros clãs da cidade do Rio de Janeiro e da área metropolitana da cidade, como o clã de Aniz Abraão David, da família Escafura, da família Drumond, de Capitão Guimarães, da família Garcia e da família de Turcão, já falecido, hoje administrado por seus herdeiros. Conjuntamente com o clã chefiado por Helinho da Grande Rio e seu primo Adilsinho, estes oito clãs são os maiores da área metropolitana e de todo o estado do Rio de Janeiro.

Todos os chefes desses clãs participaram da fundação da antiga “cúpula do jogo do bicho” em meados dos anos 1970. Muitos destes não se encontram mais vivos, como Piruinha (chefe da família Escafura), Castor de Andrade, Miro Garcia, Turcão e Luizinho Drumond. Ainda vivos estão somente Capitão Guimarães e Aniz Abraão David, tendo ocorrido uma transição geracional e processos de sucessão das chefias dos clãs, turbulentas e de alta letalidade em alguns casos, como entre os Garcia e entre os Andrade.

A geração de banqueiros do jogo do bicho que fundou a cúpula também aprofundou os laços do jogo do bicho com as escolas de samba. Os grandes clãs assumiram o patronato de agremiações existentes em seus territórios e as transformaram em grandes escolas de samba.

Nesse período reportado, o jogo do bicho constituiu um amplo mercado de trabalho, chegando a empregar cerca de 70.000 trabalhadores.

As escolas de samba e os empregos gerados, somados ao “clientelismo” mantido pela criação de entidades filantrópicas e pela concessão de ajudas para necessitados, tudo isso permitiu às organizações do jogo do bicho a criação de vasta rede de relações e capilaridade social nos seus territórios de domínio. Além disso, há décadas o jogo do bicho é fonte de renda extra para policiais civis e militares — através do emprego direto na segurança cotidiana das organizações ou das propinas pagas aos batalhões de Polícia Militar e Polícia Civil.

O jogo do bicho angariou a reputação de ser um “jogo justo”: os banqueiros sempre pagam imediatamente e sem falha as apostas vencedoras. A legitimidade do domínio territorial do jogo do bicho se assenta em uma tradição e na própria popularidade da loteria popular, embora esta loteria, conforme mencionado, não seja mais a principal fonte de lucro dessas organizações.

As organizações do jogo do bicho também se fortaleceram no período de mais plena força da cúpula — entre meados dos anos 1970 e a morte de Maninho, em 2004 — pela estabilidade da coalizão de clãs, simbolizado através das decisões colegiadas da cúpula, acatadas por pequenos e grandes banqueiros do jogo do bicho. Ainda assim, o exercício do monopólio da exploração de jogos ilícitos em determinado território nunca pôde prescindir do uso da força.

No início de 2025, após uma guerra intrafamiliar de alta letalidade pela sucessão de Castor de Andrade (que se desenvolveu entre os anos de 1998 e 2020) e a guerra intrafamiliar pela sucessão no clã Garcia, que se iniciou em 2004, após o assassinato de Maninho e pode estar chegando a um desfecho, existem indicações de que pode estar se configurando uma nova coalizão de clãs, através do surgimento de uma “nova cúpula do jogo do bicho”. A transição geracional dos chefes de clãs e estas duas guerras mencionadas, dentro dos dois maiores clãs da cidade do Rio de Janeiro, enfraqueceram a coalizão anterior. Esse é um tema que pretendemos abordar em outro trabalho.

CONCLUSÕES

No presente texto buscamos demonstrar e analisar como as organizações do jogo do bicho exercem o monopólio da exploração de todos os jogos ilícitos em seu território.

Exemplificamos com “o caso da morte do bookmaker de Copacabana”, nos anos 1980, como banqueiros de jogo do bicho eliminaram fisicamente um grupo que mantinha rodas de carteados em Copacabana, concorrendo com as rodas sustentadas por banqueiros do jogo do bicho, e achacava rodas de carteados em Copacabana e Vila Isabel.

Demonstramos como as organizações do jogo do bicho na atualidade exercem o monopólio das apostas de jogos por meio virtual em seu território, com o caso dos “bolões de apostas de jogo de futebol”, punindo com a morte quem desrespeita esse monopólio.

Também apresentamos o caso de conflito entre um chefe de clã do jogo do bicho e um poderoso chefe de milícia que arrendava a exploração das máquinas caça-níqueis em territórios onde atuava a sua milícia. O conflito, exteriorizado como um desacordo sobre o repasse dos valores mensais do arrendamento, teria levado o chefe da organização do jogo do bicho a decidir pela execução do miliciano e de um outro chefe de milícia, aliado deste.

Tratamos da relação entre organizações do jogo do bicho e milícias e de prestações econômicas entre estes dois tipos de organização, referentes à exploração de máquinas caça-níqueis, argumentando que um miliciano que arrenda a exploração de máquinas desse tipo em um território de atuação de sua milícia não se torna um “bicheiro”. Ele deve pagar mensalmente pelo arrendamento para que possa seguir explorando esse negócio.

Apresentamos os mecanismos do monopólio da exploração de máquinas caça-níqueis no território de uma organização do jogo do bicho, explicitando como se estabelece a relação entre as organizações do jogo do bicho e os donos de bares e estabelecimentos comerciais onde as máquinas são instaladas. Tratamos da figura dos “maquineiros”: pequenos empreendedores que pagam à organização do jogo do bicho mensalmente para se tornarem “donos” de algumas máquinas e realizarem a administração da exploração das máquinas em alguns bares. Precisam comprar os selos emitidos pelas organizações do jogo do bicho, que são atualizados mensalmente, e realizar prestações de contas mensais.

O surgimento de “maquineiros” e milicianos “arrendadores” possui funcionalidade econômica para a redução dos custos e a ampliação da oferta e da exploração do mercado de máquinas caça-níqueis no território das organizações do jogo do bicho. Tais prestações econômicas entre essas organizações e donos de bares, “maquineiros” e milicianos arrendadores podem produzir tensões e eventuais conflitos.

Pela sua força econômica, pela manutenção de aparatos de segurança que se assemelham a “exércitos privados”, pela sua influência junto às corporações policiais, as organizações do jogo do

bicho conseguem se impor sobre essa pluralidade de agentes — dos *peixes* pequenos aos *peixes* grandes — e manter o exercício do monopólio da exploração de jogos ilícitos em seu território.

Por fim, vale dizer que as organizações do jogo do bicho conseguiram neutralizar, desde os anos 1980, possíveis concorrentes na oferta de jogos ilícitos. Como mencionado na introdução do presente trabalho, o mercado de videopôquer, possivelmente inaugurado pela máfia corsa nos anos 1980, foi dominado pelos clãs do jogo do bicho, que logo passaram a explorá-lo monopolisticamente, e já na sua fase inicial o exportaram para o estado de São Paulo, numa parceria entre Castor de Andrade e Ivo Noal. Posteriormente, já nos anos 2000, os banqueiros do jogo do bicho conseguiram se inserir no mercado dos bingos, através da influência na diretoria da Associação dos Bingos do Estado do Rio de Janeiro (Aberj), por um consórcio formado pelos banqueiros de jogo de bicho Aniz Abraão David, Capitão Guimarães e Turcão, como indicam as investigações da Operação Hurricane. Podemos concluir dizendo que talvez não seja muito especulativo afirmar que o monopólio está na essência das organizações do jogo do bicho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Anderson Alceu Alves. (2019). “Votar em Rei dá Abraão”: identidade e poder na Baixada Fluminense a partir da Beija-Flor de Nilópolis. Tese de Doutorado em Geografia - Uerj, Rio de Janeiro.
- BEZERRA, Luiz Anselmo. (2010). **A família Beija Flor**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. (2012). No sapatinho, a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008 -2011]. Rio de Janeiro: LAV Fundação Heinrich Boll.
- CHAZKEL, A. (2014). Leis da Sorte. O jogo do bicho e a Construção da Vida Social Urbana. Campinas, Editora Unicamp.
- CHINELLI, Filipina.; SILVA, Luiz Antônio Machado da. (1993). **O vazio da ordem: Relações políticas e organizacionais entre escolas de samba e o jogo do bicho**. Revista do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro UERJ/CEP, v. 1, n. 5, p. 42-52. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_12/12_mediacoas_FilippinaChinelli.pdf.
- DAMATTA, Roberto; SOÁREZ, Elena. (1999). **Águias, Burros e Borboletas, um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco.
- FREIRE, Daniel. (2019). Essays on Political and Criminal Violence, Doutorado / PhD em Economia Política. King's College London, KCL, Grã-Bretanha.
- GAMBETTA, Diego. (1996). The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection. Harvard University Press, revised edition.
- LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. (2002). **Para todos vale o escrito: uma etnografia do jogo do bicho**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.
- LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. (2020). **Ação entre amigos: relações entre banqueiros do bicho e milícias nas disputas político-econômicas da contravenção**. Revista

Antropolítica, nº 50, Niterói. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42705/29836>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MAGALHÃES, Felipe. (2011). *Ganhou, leva!: o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MANSO, Bruno Paes. (2020). **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. São Paulo: Todavia Editora.

MISSE, Michel. (2011). **Crime comum e crime organizado no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, p. 13-25.

MISSE, Michel. (2007). **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados 21 (61). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GMrCqzcCQRzJ97sLHyyZPmF/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2024.

OTÁVIO, Chico; JUPIARA, Aloy. (2015). **Os porões da contravenção: Jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record.

RAMALHO, Sérgio. (2024). **Decaído: a história do capitão do Bope Adriano da Nóbrega e suas ligações com a máfia do jogo, a milícia e o clã Bolsonaro**. São Paulo: Matrix.

SOARES, Rafael. (2023). **Milicianos :Como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele**. Companhia das Letras.

SOARES, Simone Simões Ferreira. (1993). **Jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SILVA, L. A. M. & FIGUEIREDO, A. (1978). *A partir de um ponto do jogo do bicho*. Mimeo.

VIEIRA, Matheus. (2024). *Bichos de coturno: a relação entre bicheiros e milicianos da Zona Oeste*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 26, n. 61, set/dez 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/LdcR8g7XjkyqzMgBVwB566c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2025.

VIEIRA, Matheus. (2023). *Do bicho à milícia: uma análise das relações entre milicianos e bicheiros no começo do século XXI*. Dissertação de mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, I.S. (2007). "Favelas sob o controle das milícias: que paz?" São Paulo em Perspectiva, v. 21, p. 89-101.

OUTRAS FONTES:

I - Imprensa

ARAÚJO, Vera. (2024). *Curicica diz que Rogério de Andrade pagou R\$ 500 mil à DH para não investigar execução do sargento Pereira*. Rio de Janeiro: O Globo, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/segredos-do-crime/coluna/2024/08/curicica-diz-que-rogerio-de-andrade-pagou-r-500-mil-a-dh-para-nao-investigar-execucao-do-sargento-pereira.ghml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

GARCIA, Renato. (2001). Selos de caça-níqueis traçam mapa do bicho. Segundo serviços de informação da PM bicheiros formaram consórcio para administrar jogo no Centro. Rio de Janeiro: O Globo, 20 ago. 2001.

JORNAL DO BRASIL. (1986). Banqueiro de bicho nega crime. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 24 set. 1986.

MARTINS, Marco Antônio e BASSAN, Pedro. (2020). Campo de futebol em Oswaldo Cruz é ponto de encontro de milicianos. Rio de Janeiro: G1, 24 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/24/campo-de-futebol-em-oswaldo-cruz-e-ponto-de-encontro-de-milicianos.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2024.

O GLOBO. (1986). Bicheiros na “máfia” do videopôquer. Rio de Janeiro: O Globo, 5 out. 1986.

O GLOBO. (1987). Assassinado “bookmaker” que acusava bicheiros. Rio de Janeiro: O Globo, 5 jan. 1987.

O GLOBO. (2005). Polícia apreende na favela 104 caça-níqueis. Falta de pagamento ao tráfico teria motivado crime na favela. Rio de Janeiro: O Globo, 01 jun. 2005.

O GLOBO. (2018). Eleição no Salgueiro acontece no momento em que milícia, bicho e tráfico disputam áreas na Tijuca. Rio de Janeiro: O Globo, 06 mai. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/eleicao-no-salgueiro-acontece-no-momento-em-que-milicia-bicho-trafico-disputam-areas-na-tijuca-22658032>. Acesso em: 29 ago. 2024.

OUCHANA, Giselle; GASPARINI, Letícia. (2019). Polícia investiga se assassinatos na Zona Oeste foram ordenados por contraventores. Rio de Janeiro: Extra, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-investiga-se-assassinatos-na-zona-oeste-foram-ordenados-por-contraventores-24083384.html>. Acesso em: 29 ago. 2024.

OUCHANA, Giselle; GASPARINI, Letícia. (2019b). Segundo a polícia, bicheiros já haviam alertado vítimas da Zona Oeste a pararem de organizar bolões. Rio de Janeiro: Extra, 16 nov. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/segundo-policia-bicheiros-ja-haviam-alertado-vitimas-da-zona-oeste-pararem-de-organizar-boloes-24084035.html>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SOARES, Rafael. (2021). Série Pistoleiros: Batoré, o assassino de confiança do capitão Adriano”. Rio de Janeiro: O Globo, 07 dez. 2021.

SOARES, Rafael. (2023). Casal investigado por assassinato de Falcon tomou campo onde funcionava centro social gerido pelo ex-presidente da Portela. Rio de Janeiro: O Globo, 27 ago 2023.

SOARES, Rafael. (2025). Depoimentos e arquivos em e-mail revelam indícios de envolvimento de Rogério Andrade no assassinato de Marcos Falcon. Rio de Janeiro: O Globo, 05 jan 2025.

SOARES, Rafael; SOUZA, Roberta de; ARAÚJO, Vera. (2025a). Guerra pelo jogo do bicho na Zona Sul do Rio durou quase dois anos e culminou em ascensão de nova cúpula da contravenção. Disputa pelo controle da jogatina em 32 bairros da região mais lucrativa do estado, em meio a cartões-postais conhecidos no mundo inteiro, deixou pelo menos sete mortos. Rio de Janeiro: O Globo, 23 fev. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especial/disputa-sangrenta-guerra-pelo-monopolio-do-jogo-bicho-perdurou-por-quase-dois-anos-e-culminou-na-ascensao-de-uma-nova>

[cupula.ghtml?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=OGlobo.](https://oglobo.globo.com/rio/especial/geopolitica-da-contravencao-nova-cupula-reparte-territorios-e-investe-no-mercado-digital-para-compensar-queda-nas-jogatinas.ghtml)

Acesso em: 23 fev. 2025.

SOARES, Rafael; SOUZA, Roberta de; ARAÚJO, Vera. (2025b). Geopolítica da contravenção: nova cúpula do bicho reparte territórios e investe no mercado digital para compensar queda nas jogatinas. Rio de Janeiro: O Globo, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especial/geopolitica-da-contravencao-nova-cupula-reparte-territorios-e-investe-no-mercado-digital-para-compensar-queda-nas-jogatinas.ghtml>.

Acesso em: 24 fev. 2025.

II - Fontes policiais e judiciais

OPERAÇÃO GLADIADOR. (2006). 4ª Vara Federal Criminal/RJ. Processo nº 2003.5101.504960-6.

AÇÃO PENAL. (2011). Ação penal número 0003124-33.2011.4.02.5102. Número antigo: 2011.51.02.003124-121000. 16 de novembro de 2011.

OPERAÇÃO CALÍGULA. (2022). Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. PIC's MPRJ n.º: 2014.01254187 e 2021.00831627. Termo Circunstanciado n.º 405-00269/2019. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2022.

OPERAÇÃO HURRICANE. (2011). Justiça Federal. Documento Nº 14212929-196-0-209-1555-619106.

III - Documentários televisivos

VALE O ESCRITO. (2023). Vale o escrito: a guerra do jogo do bicho. Série documental. Globoplay.

LEI DA SELVA. (2022). Lei da selva: a história do jogo do bicho. Globoplay.

Paulo Roberto de Andrade Castro

Doutor em Sociologia, pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Michel Misse

Doutor em Sociologia, professor titular de Sociologia aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.